CINCO DÉCADAS DE REUNIÕES E A CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO ANTROPOLÓGICO

(Em memória de Luiz de Castro Faria, primeiro presidente da ABA)

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA
Universidade de Brasília (UnB)

Convidado pelo nosso presidente, professor Gustavo Lins Ribeiro, a proferir uma conferência sobre a história de nossas reuniões de antropologia, pus-me inicialmente intimidado com a magnitude da tarefa, sobretudo por constatar que outros colegas, ex-presidentes, dotados de maior vocação historiográfica, teriam maior facilidade em reconstruir documentalmente os primórdios de nossa Associação que, ademais, pouco se distingue de nossas reuniões. Pois sabemos que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), desde sua criação na segunda Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em Salvador, em 1955, passaria a organizar e coordenar todas as reuniões que se sucederam nesses últimos cinqüenta anos. Convenci-me, todavia, que minhas limitações como historiador compulsório – mas absolutamente não compulsivo – poderiam ser toleradas pelos colegas desde que eu lograsse abordar – de maneira bastante elíptica – a nossa primeira reunião e a sua conseqüência mais imediata que foi a criação da ABA. Mais que alguém devotado à historiografia, eu estaria na condição de testemunha quase ocular de um passado que, por força da idade, é quase mítico! Entendi, assim, que menos do que se tratar de uma história, tratava-se de relembrar eventos ou, melhor ainda, um *evento fundador*, tal qual dentre os povos indígenas que estudamos se trataria de seu mito fidejussório: aquele discurso destinado a passar para as gerações mais jovens as vicissitudes de sua própria criação. Sinto-me assim como que reeditando um tipo de preleção que uma vez ouvi da boca de um velho terêna, por ocasião da cerimônia do Oheokoti, quando ele evocava publicamente a origem de seu povo. Esses ritos anuais marcam o período mais importante na vida deste povo do Mato

Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 9-25

Grosso do Sul, já que representam aquilo que nós entenderíamos como sua "data nacional". Como sabemos, tais ritos são modalidades de socialização dos jovens nas pautas culturais do povo e de consolidação nos adultos nessas mesmas pautas, constituídas de comportamentos, idéias e valores vigentes no interior da comunidade indígena. Eis-me, portanto, na pele do velho terêna, tentando passar aos mais jovens e relembrar aos mais velhos as condições de nascimento de nossa Associação e avaliar algumas de suas conseqüências.

E já que estamos falando de passado, quero recordar preliminarmente um bem menos remoto, antes de rememorar a primeira Reunião Brasileira de Antropologia, cinqüenta anos atrás. Lembro-me de que há cerca de quase vinte anos tive a oportunidade de tratar da ABA e da Antropologia no Brasil – cuja história moderna se funde com a da ABA –, em duas exposições. Uma, sobre a nossa Associação, feita como conferência presidencial em 1986, por ocasião do término de meu mandato, realizada em Curitiba, durante a XV Reunião Brasileira de Antropologia. Intitulei aquela conferência "Elogio à ABA". A outra exposição, intitulada "O que é isso que chamam de Antropologia Brasileira", deu-se em sua primeira versão, em outubro de 1985, como uma comunicação apresentada no IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpocs), em Águas de São Pedro; e, em sua segunda versão, como conferência ministrada no mesmo ano, em novembro, na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, durante a 1ª Reunião Regional dos Antropólogos do Nordeste. Mencionei essas conferências porque, revisitando, agora, ambas, realizadas no intervalo de menos de um ano, surpreendi-me com a coincidência do fato de a nossa organização, a nossa disciplina terem sido tematizadas por mim, ainda que separadamente, quase ao mesmo tempo. Tempo de reflexão, tempo de amadurecimento e modernização de uma e de outra? Certamente, considerando que a organização da comunidade de antropólogos e a reorganização da pós-graduação se constituíram em fatores – em meu modo de ver – fundamentais para o atual estado da arte de nossa disciplina! Mas, neste momento, não voltarei nem a uma nem a outra das conferências então proferidas, mas delas partirei para tentar algumas considerações sobre a articulação da ABA e da Antropologia. Detendo-me, preliminarmente, em nossas reuniões. Vale dizer que elas tiveram início antes mesmo da própria constituição de nossa Associação, se considerarmos que a primeira delas – a que hoje comemoramos – ocorreu precisamente em 1953, no Rio de Janeiro, nesta mesma

Casa. Nela nasceria a idéia de se criar uma entidade, de cunho eminentemente cultural, capaz de nos organizar como comunidade de antropólogos. Tirante essa primeira reunião, da qual, aliás, não participei (estava terminando minha graduação em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP)), fui eleito para tesoureiro da recém-criada ABA em Salvador, em 1955, juntamente com Castro Faria, como presidente, e Darcy Ribeiro como secretário-geral. Evidentemente que meu trabalho com Darcy foi determinante para minha eleição, pois com ela se mantinha a colaboração que existia na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – eu sempre como seu auxiliar e eventual substituto na administração do Museu do Índio. O que significa que fui eleito *in absentia*, pois me encontrava naquele ano numa aldeia terêna iniciando minha pesquisa. Mas, alguns anos depois, eu seria eleito secretário-geral durante a 6ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1963, na cidade de São Paulo, e, posteriormente, Presidente, mas isso já nos anos 1980. Nos intervalos do exercício dessas funções, sempre participei de seu Conselho Científico e, mesmo nos anos seguintes, voltava periodicamente a ele, fato que me permitiu acompanhar as atividades da nossa Associação durante todos esses anos. O certo é que tivemos – se minha conta estiver certa – 21 presidentes, incluindo o atual, nosso colega Gustavo. Porém, no momento, não é minha intenção rememorar em detalhe – como fiz em 1986 – a história da ABA por meio de suas sucessivas diretorias. E como falar das reuniões, é também falar da ABA, acredito que melhor poderemos homenageá-la nesta oportunidade examinando as condições que o campo antropológico em constituição oferecia à criação de uma associação que respondesse à necessidade de organizá-lo em princípios da década de 1950. No entanto, em lugar de falar da nossa disciplina como fiz em meados dos anos 1980, prefiro hoje deter-me na pós-graduação. Lembremo-nos de que, há cerca de dez anos e logo após a fundação da ABA, a pós-graduação sofria uma reordenação no país que iria se dar a partir do Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965 (conhecido por "Parecer Sucupira"), elaborado no âmbito do Conselho Federal de Educação e com a participação de vários educadores eminentes, dentre os quais Almeida Júnior, Anísio Teixeira, Maurício Rocha e Silva e Walnir Chagas. Com essa reordenação, novas condições internas à comunidade de profissionais em Antropologia começaram a surgir de maneira a dinamizar – como é do conhecimento de todos – os estudos pós-graduados, especialmente aqueles identificados com o Mestrado e o Doutorado, ou a pós-graduação *stricto sensu*, como passaram a ser

conhecidos aqueles cursos. E é oportuno aqui lembrar que essa reestruturação da pós-graduação veio atender de uma maneira toda especial o desenvolvimento de nossa disciplina, uma vez que ao nível de graduação ela não era senão parte do Curso de Ciências Sociais, portanto, dispondo de um limitado espaço para verdadeiramente atuar na formação do aluno sequioso de se formar na disciplina. Para nós, como para outras carreiras análogas, a nova pós-graduação mostrou-se uma necessidade, então entendida – e aqui cito o Parecer – "como conseqüência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, tornando impossível proporcionar treinamento completo e adequado para muitas carreiras nos limites dos cursos de graduação" (Parecer nº 977/1965). Esse era precisamente o caso de nossa disciplina. Estabelecidas as condições formais que iriam possibilitar o fortalecimento da Antropologia, como uma disciplina autônoma das ciências sociais, e, portanto, com uma identidade prestes a ser melhor reconhecida no mundo acadêmico, a existência da ABA e suas reuniões periódicas só poderiam contribuir – e como de fato ocorreu – para o fortalecimento da comunidade de profissionais da disciplina. Mas eu gostaria de fazer algumas considerações sobre como interpretar as relações entre a ABA e a pós-graduação na constituição do campo antropológico.

Parafraseando ou, melhor ainda, parodiando nossos clássicos – antigos, como Durkheim, ou modernos, como Lévi-Strauss – diria que pretendo aqui algo como realizar algumas considerações sobre o que entendo poder chamar de "formas" ou "estruturas elementares" de organização do campo antropológico, quais sejam, a ABA e o atual sistema de pós-graduação! Por que "elementares" e não "complexas"? – poderiam me perguntar. *Elementares* pela razão de não ser possível identificar outras mais simples que tenham tido (e ainda têm) um papel tão significativo em nossa sociabilidade, delas emergindo ao longo de nossa história profissional uma verdadeira comunidade profissional. Nesse caso, *complexas* seriam as estruturas exteriores ao campo, como as universidades e os museus – que abrigam membros de nossa comunidade, tanto quanto as instituições de apoio da pesquisa e do ensino avançado, como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as Fundações de Amparo à Pesquisa – agências de fomento que vêm nos apoiando desde os nossos primeiros passos; e, ainda, sem deixarmos de incluir financiadoras como a Fundação Ford e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que

foram decisivas, respectivamente, no caso da criação e da consolidação da pós-graduação deste Museu. Sejam, todavia, essas minhas considerações voltadas apenas para as estruturas elementares de organização de nossa vida comunitária, deixando para outros colegas para – em algum momento – se aplicar ao exame e à avaliação das estruturas bastante mais complexas que nos envolvem e, certamente, sustentam institucional e financeiramente o nosso desenvolvimento.

Mas vamos rememorar a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. É importante mencioná-la pelo seu caráter ímpar em seu papel histórico gerador da idéia de nossa associação. Também, pelo fato das novas gerações de antropólogos talvez desconhecerem nossas origens como organização. Afinal de contas estávamos no meio do século passado e muitos dos colegas mais jovens aqui presentes ainda não haviam sequer nascido. E não deixa de ser interessante mencionar que vivíamos em nossa disciplina, já naquela época, o que se pode chamar de complexo de avaliação da disciplina ou o seu "estado da arte". Dois anos atrás, em 1951, a Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research havia patrocinado um simpósio nesse sentido, do qual participaram destacados antropólogos da cena internacional. Os resultados foram publicados inicialmente no *Yearbook of Anthropology* pela própria Wernner-Gren e, posteriormente, pela Universidade de Chicago na forma de dois volumes, bastante conhecidos entre nós: o livro *Anthropology today: an encyclopedic inventory* (em 1953) e o seu suplemento, *Current Anthropology* (em 1956). Não posso dizer que aquele simpósio tenha influenciado nossos colegas brasileiros para a organização da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. Mas a coincidência de datas, ao menos nos permite supor que também no Brasil era chegado o momento para um levantamento do estado da disciplina no país. Quem é e quantos éramos? Quais as linhas de pesquisa que mais nos atraíam? Vamos evocar os nossos antecessores.

Embora eu não tenha testemunhado pessoalmente a reunião de 1953, nossa primeira reunião, tive a oportunidade de ler as comunicações apresentadas pelos nossos antecessores durante meus primeiros anos de etnólogo do Museu do Índio, quando, por acaso, tive em mãos cada um dos textos datilografados em suas cópias de papel carbono. Era, aliás, a forma pela qual se multiplicavam as cópias que, hoje em dia, pode parecer um verdadeiro absurdo nesses tempos de domínio da xerox e das reproduções computadorizadas (...). Mas vamos, primeiro, relatar os antecedentes da reunião que iria

ocorrer entre 8 a 14 de novembro de 1953. Em julho desse mesmo ano era instituída uma comissão organizadora, secretariada pelo prof. Luiz de Castro Faria, incumbida de organizar a reunião que teria "o objetivo precípuo (cito o texto de seu regimento interno) de reunir os especialistas brasileiros, professores e pesquisadores, para um amplo e livre debate de todos os aspectos, quer positivos ou negativos, passados ou presentes, de nossas atividades de ensino e de pesquisa no campo das ciências antropológicas, bem como para tentativa de elaboração de projetos de atividades futuras". Por ciências antropológicas eram entendidas a etnologia, a antropologia física, a arqueologia e a lingüística. E os tópicos que elas abrangiam estavam assim discriminados: o indígena; o negro; o branco povoador ou os imigrantes de diferentes origens; os estudos de comunidade; as áreas regionais; e, finalmente, um tópico de grande atualidade para a época: cultura e personalidade. E este último tema era, talvez, o que de mais moderno se conhecia naquela época dominada pela antropologia cultural de raiz norte-americana, que, ao lado dos estudos de comunidade, marcavam a modernidade da disciplina.

Para a reunião que, afinal, veio a se realizar cinco meses depois desse encontro preparatório, pouco mais de duas dezenas de antropólogos e uns poucos sociólogos se reuniram nesse mesmo Museu Nacional e foram distribuídos em grupos por assuntos e respectivos relatores. Dois desses assuntos, não previstos com anterioridade, porém constatados como significativos para o desenvolvimento da disciplina, um tratava do ensino, outro de atividades consideradas como sendo técnico-profissionais. A forma que a reunião adotou foi a de simpósio. E já que estamos reunidos aqui para uma comemoração, nada mais indicado que mencionar os nomes de nossos antecessores e as atividades que desempenharam naquela primeira reunião. Será como homenageá-los – e, infelizmente, para sua quase totalidade, apenas *in memoriam*. Começo por esses assuntos há pouco citados e que acabaram sendo acolhidos pelo simpósio. Um deles, denominado "Problemas de ensino", teve como seus relatores Marina de Vasconcelos, professora de antropologia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, minha amiga e ex-presidente do então Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, cassada pelo famigerado AI-5 em 1968; Egon Schaden, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que no mesmo ano estava criando a *Revista de Antropologia*, coincidente com a primeira reunião de antropologia que neste evento estamos comemorando; e Rubo Müller da Escola de Sociologia e Política de São

Paulo, ex-aluno de Radcliffe-Brown em Oxford. O outro assunto, chamado "Possibilidades de pesquisa e de exercício de atividade técnico-profissional", teve como relatores, Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, Mário Wagner Vieira da Cunha, Diretor do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo e José Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná e organizador de seu departamento de antropologia e, também, fundador do Museu de Antropologia em Paranaguá. Pode-se dizer que esses dois assuntos abriram a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. A eles se seguiram as seguintes discussões: uma sobre o "Indígena", com a participação de Herbert Baldus, então chefe da Seção de Etnologia do Museu Paulista, que tratou do tema que sempre lhe foi muito caro: o da "bibliografia". Esse autor havia publicado, no ano anterior, sua *Bibliografia crítica de etnologia brasileira* e feito lançamento durante o XXXI Congresso Internacional de Americanistas; sob sua liderança, realizou-se em São Paulo, no âmbito das festividades do IV Centenário (para quem não o conheceu, bastaria dizer ter sido ele o grande líder da antropologia em São Paulo e responsável pela *Revista do Museu Paulista*, como diretor da "nova série", iniciada em 1947); Darcy Ribeiro, do Serviço de Proteção aos Índios, que fora seu aluno na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e cuja liderança na antropologia no Rio de Janeiro já começava a se fazer notar, incumbiu-se de falar sobre "política indigenista"; e Eduardo Galvão, o primeiro PhD brasileiro em antropologia (título obtido na Columbia University, sob orientação de Charles Wagley), e também etnólogo do SPI, que escolheu falar sobre "aculturação", tema ao qual vinha se dedicando em suas pesquisas no alto Xingu. Cada um escolheu precisamente como tópico de exposição aquele em que na época estava trabalhando. Os assuntos seguintes foram: o "Negro", com a participação de Roger Bastide, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, eminente sociólogo que era membro da Missão Francesa que tanto contribuiu para o ensino de filosofia e de ciências sociais na USP – e do qual, aliás, tive a sorte de ser aluno –, mantinha estreito relacionamento com seus colegas dedicados aos estudos afro-brasileiros, como Edison Carneiro, da Bahia, e José Bonifácio Rodrigues, do Rio de Janeiro, ambos estudiosos da mesma temática. Edison, vinculado à Capes e mais conhecido como folclorista, era uma autoridade nacional em estudos sobre populações afro-brasileiras e José Bonifácio, um antropólogo do corpo docente da Escola de Serviço Social do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, e que viria a ser um dos professores do Curso de Aperfeiçoamento

em Antropologia Cultural que Darcy Ribeiro haveria de instalar no Museu do Índio dois anos depois, em 1955. De qualquer forma, os três eram considerados autoridades no "estudo do negro" – como na época ficaram conhecidos os estudos sobre afro-descendentes. Já o levantamento dos trabalhos sobre o "branco imigrante" foi realizado sob a chancela "Assimilação e aculturação" e contou com a atuação de Manuel Diégues Júnior, professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro, como seu relator (Diégues, que chegaria a ser anos depois diretor do Centro de Pesquisas sobre a América Latina, um órgão ligado à Unesco, iria desempenhar importante papel na pesquisa no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que acolheria em sua instituição o PPGAS desse Museu no final dos anos 1960 e princípio dos anos 1970). Três outras seções, ainda vinculadas ao que se entendia na época como antropologia cultural, foram denominadas "Estudos de comunidade", "Áreas regionais" e "Cultura e personalidade". Da primeira participaram dois importantes sociólogos, Luiz de Aguiar Costa Pinto, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e Oracy Nogueira, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A participação dos eminentes sociólogos denotava que pelo menos essa temática estava mais próxima da sociologia que da antropologia, na medida em que aquela estava importando métodos desta última! Era um período em que os estudos de comunidade estavam em moda – que só nos anos 1960 começariam a ser fortemente criticados (Lembremo-nos das críticas feitas por Otávio Ianni e Rodolfo Stavenhagem que se tornariam um eficaz instrumento de discussão no meio das ciências sociais dez anos depois). Já as "Áreas regionais" juntavam dois antropólogos: Thales de Azevedo, da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, que seria organizador da II Reunião Brasileira de Antropologia durante a qual a ABA viria a ser fundada – como mencionei –, e Fernando Altenfelder Silva, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e um antigo colega de Darcy, ambos alunos dessa mesma escola. Quanto ao tópico "Cultura e personalidade", seu relator foi René Ribeiro, *doublé* de psicólogo e antropólogo, membro do Instituto Joaquim Nabuco, do Recife e ex-aluno de Herskovits. Completavam o simpósio três seções, cada uma devotada a áreas detentoras de profissionais menos numerosos – ainda que a chamada área cultural não fosse lá muito densa de colegas (...). Sobre elas serei mais sucinto. Tivemos, assim, a seção de Antropologia Física, com a concentração de seis antropólogos biológicos: Bastos de Ávila e Maria Júlia Pourchet (ambos do Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro),

relatores do tópico "Antropologia de escolares"; sobre o tópico "Antropologia do indígena", em sua dimensão biológica, coube falar o antropólogo físico do Museu Nacional, Pedro Lima (companheiro de Galvão em suas pesquisas no Xingu); sobre "Anatomia racial" falou o professor Renato Locchi, do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da USP; Tarcísio Messias, do setor de antropologia física do Museu Nacional, relatou o tema "Mestiçagem"; e Odorico Machado de Souza, do mesmo Departamento de Anatomia da USP discorreu sobre "Craniologia". Na outra seção, sobre Arqueologia, dois arqueólogos participaram como relatores: Heloisa Alberto Torres e Luiz de Castro Faria, ambos do Museu Nacional, a primeira encarregada de relatar sobre "Cerâmica amazonense" e, Castro Faria, como relator das pesquisas sobre "Sambaquis", área de conhecimento antropológico a que se dedicava na época. Na última seção, destinada à Lingüística, relatou sobre o tópico de "Lingüística geral", Joaquim Matoso Câmara, da Faculdade Nacional de Filosofia e futuro criador do setor de Lingüística do Museu Nacional; enquanto sobre o tópico "Dialetologia" ficou encarregado de relatar Serafim da Silva Neto, da mesma Faculdade Nacional de Filosofia; ficando o tópico "Bibliografia dos idiomas indígenas" para Jürn Philipson, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. No livro de Mariza Corrêa poderá ser constatado que vários desses "pais fundadores" da ABA se tornariam seus presidentes.

Por esse breve apanhado ficamos sabendo que poucos foram os centros onde a antropologia existia em quaisquer de suas modalidades e que participaram desse nosso evento fundador. O Rio de Janeiro, como local da reunião, participou com sete instituições; São Paulo com quatro; e Paraná, Bahia e Pernambuco representados, cada um, por uma instituição. Claro que a nossa disciplina existia também em outras capitais, como Belém – com o seu Museu Emílio Goeldi, mesmo ainda sem a presença de Eduardo Galvão, porém com uma boa tradição de pesquisa; ou ainda Porto Alegre, Florianópolis ou Belo Horizonte, com suas respectivas universidades. Mas ao fim e ao cabo éramos muito poucos (...). Mesmo porque, em todo o Brasil, nós nos contávamos em torno de duas dezenas (...). Esse era o quadro em que se inseria a nossa disciplina em meados do século passado! E as relações entre os quadros docentes entre muitos desses centros, mesmo o de uma única cidade – recordo-me aqui da cidade de São Paulo –, praticamente não existiam ou eram exceções! Tome-se como exemplo a quase inexistente interação entre a Faculdade de Filosofia da USP (onde eu estudava) e a

Escola de Sociologia e Política (onde Darcy estudou). A rigor, que eu me lembre, apenas o professor Florestan Fernandes transitava em ambas: licenciado em Ciências Sociais na USP, fez o seu mestrado na Escola e os seus demais títulos de doutor, de livre-docente e de catedrático foram obtidos na mesma Faculdade da USP, onde ensinava. Apenas alguns anos depois, tivemos o caso do professor Oracy Nogueira, docente da Escola que se transferiu para a Faculdade de Filosofia. As relações eram eminentemente pessoais e até certo ponto personalistas – se assim posso me expressar. E não será exagero dizer que foi com a criação da ABA em 1955 que começamos a contar com aquilo que estou chamando de uma forma ou estrutura elementar de organização do campo antropológico. Nossa Associação, se não tinha a pujança que possui hoje, já mostrava toda sua potencialidade em criar redes de profissionais, empenhados em se reunir ano sim outro não, nas diferentes capitais do país. Em regra, o critério das eleições dos presidentes era eleger sempre quem se prontificasse a sediar em sua instituição a próxima reunião e, ao mesmo tempo, contasse com inegável liderança em sua instituição. Embora essa regra estivesse sempre sujeita a adaptações, segundo a conjuntura do momento (como ocorreu quando era presidente, organizei a reunião em Curitiba; Gilberto Velho organizou-a em Brasília; e Gustavo Ribeiro organizará em Pernambuco), contudo, na maioria das reuniões a regra seria seguida.

Com as reuniões, responsáveis pela consolidação da rede, a ABA começou a publicar seus boletins. Se meus arquivos não contiverem falhas, o primeiro *Boletim da ABA* apareceu como ano 1, nº 1, abril/julho, 1986, editado na presidência de Manuela Carneiro da Cunha, eleita em Curitiba, como minha sucessora. Permitam-me ler dois pequenos parágrafos de seu editorial, uma vez que ele mostra o quanto a ABA cresceu e mudou, sobretudo na ampliação de suas atividades.

> A ABA tem crescido muito interna e externamente. Externamente tem sido levada cada vez mais a intervir, pronunciando-se sobre políticas públicas. Tem sido procurada para indicar possíveis assessores para diversos projetos. Tem ganho assim legitimidade política que é resultado de gestões conscientes da responsabilidade social desta associação. Internamente, esse crescimento foi mais numérico – somos mais de 700 – do que qualitativo, pois ainda não há uma estrutura satisfatória para fazer circular idéias e projetos entre os antropólogos do país, muitos deles dispersos em universidades e centros de pesquisa isolados. O crescimento interno da ABA passa por um estímulo à produção científica e por uma política de informação disseminada.

E o editorial conclui com a apresentação de cinco propostas a ser implementadas: 1) estabelecer um boletim quadrimestral; 2) confeccionar um catálogo de antropólogos; 3) relacionar as teses acadêmicas defendidas nas universidades do país; 4) estimular reuniões temáticas a ser realizadas em instituições necessitadas de estímulo intelectual nos intervalos de nossas reuniões bianuais regulares; 5) assumir-se como um veículo importante para o debate em torno da política indigenista oficial por meio do fortalecimento de sua Comissão de Assuntos Indígenas, criada em 1980, na gestão de Eunice Ribeiro Durham. A partir de 1986, as sucessivas gestões publicaram os trinta boletins, sempre de conformidade com os recursos financeiros, de que eventualmente dispunham. Mas com a chegada da era da *Internet*, a comunicação entre nós tornou-se muito mais fácil, fluida e informativa. Isso tornou as suas duas últimas gestões – a do colega Ruben Oliven e a atual – extremamente favorecidas com as facilidades que a informática disponibilizou! Mas esse é um fato de hoje que todos nós somos testemunhas disto. Temos atualmente um órgão bastante ágil, informativo e estimulante. Consulte-se, por exemplo, o *Boletim da ABA* nº 23, de 20 de agosto último, intitulado "Um ano de mandato: nação e cidadania", quase um relatório da atual gestão que, pelo próprio título, já indica o quanto mudou a nossa Associação, não mais voltada apenas para a antropologia, como disciplina exclusivamente acadêmica, mas aberta para o exterior e para a sociedade como um todo. A nossa Associação está de parabéns!

Mas, minha intenção nesta homenagem aos nosso fundadores é a de ir um pouco mais além da constatação pura e simples de que a ABA por meio de suas reuniões bianuais (entremeadas com reuniões regionais), atuou como fomentadora da rede de relações acadêmicas e científicas que nos articula. Da maneira como essa rede foi tecida, a nossa Associação teve – e ainda tem – um papel fundamental na criação de um verdadeiro *esprit de corps*, bem marcante em nossa comunidade. E nesse sentido, tenho ouvido de colegas de ciências sociais irmãs que nós, antropólogos, cultivamos de uma maneira muito mais forte nossa identidade profissional. Identidade essa refletida pela antigüidade e continuidade em todos esses anos de nossas reuniões! E mesmo com a nossa participação institucional nas reuniões da Anpocs e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em nenhum momento isso esvaziou nossas reuniões ou afetou a dinâmica de nossa Associação. A rigor, a ABA continua a ser vista como responsável pelo espírito de forte identidade

profissional que nos une – e como tal (como já aludi) pode ser considerada como uma das formas elementares de organização da nossa própria comunidade. Porém, ela não está só. Ao seu lado, vinda um pouco mais de uma década depois de sua criação, estaria a nossa pós-graduação, em seu formato atual, que não pode ser ignorada, quando nos permitimos pensá-la como outra dessas formas elementares. Claro que não vou discorrer sobre ela, nesta oportunidade, dada à amplitude do tema. Isso exigiria uma outra exposição. Mas uma referência ao menos, parece-me indispensável ser feita nesta ocasião, pois já que estamos falando em comunidade de antropólogos, como deixar de mencionar o sistema de formação avançada na disciplina e especificamente dotado de competência na qualificação da grande maioria de nossos associados. A grande alimentadora de nossa comunidade, a partir – como assim calculo – da década dos anos 1970, período no qual teve início uma verdadeira reprodução de nossa população de mestres e doutores. Comparados aqueles então novos tempos como a década dos anos 1950, período que marca os primórdios de nossa organização, como não ficarmos até certo ponto perplexos com a ampliação de nossa comunidade de pares e da abertura de novas oportunidades de formação profissional. Basta considerar o expressivo aumento nas pós-graduações existentes entre 1968 e 1972 de quatro para as onze atualmente em atividade, para concluirmos pelo sucesso por todos nós alcançados desde a Reforma Universitária de 1965. Se antes, mestres e doutores eram contados nos dedos, agora temos uma população de pós-graduados (mestres e doutores) que ultrapassa a casa dos mil, caso consideremos o atual quadro de sócios efetivos da ABA. Esses nossos consócios, comparados com os cerca de setecentos registrados em 1986, aumentaram significativamente nesses últimos anos. Se é verdade que esses dados não são tão precisos quanto desejaríamos, isso não encobre o fato deles serem razoáveis indicadores de um crescimento observado por todos nós que acompanhamos a vida da nossa Associação.

Vejamos, então, como a ABA – não mais apenas com suas reuniões periódicas, mas também com sua ação disseminadora de informações, via seu boletim eletrônico – lado a lado com a ampliação e a consolidação de nossa pós-graduação vêm contribuindo para o desenvolvimento da Antropologia como disciplina acadêmica e ao mesmo tempo como formadora de técnicos atuantes na esfera pública e particular. Se na fala de Mário Wagner Vieira da Cunha, na formulação de seu diagnóstico sobre o estado da arte da atividade técnico-profissional dos antropólogos, feita durante a 1ª Reunião,

essa questão estava absolutamente incipiente, cinqüenta anos depois, ela já é de grande atualidade. Vale dizer que esta última dimensão da condição de antropólogo é de surgimento bem recente em termos de atividade profissional fora da academia! Mário Wagner ficaria surpreso se tivesse podido testemunhar, por exemplo, a primeira reunião de "Antropologia Extramuros", realizada na gestão de Ruben Oliven entre nove e onze de maio do ano passado na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, quando um número significativo de comunicações foi apresentado, numa clara demonstração da pujança do campo antropológico mesmo fora da academia. E se até bem pouco tempo, só víamos colegas trabalhando na Funai ou numa ou noutra instituição governamental; hoje os vemos vinculados a Organizações Não Governamentais (ONGs) ou, ainda – o que é surpreendente, pelo menos para mim – também em microempresas de consultoria (...). Podem me dizer que estou pintando um quadro demasiadamente otimista! Pode ser (...). Mas, ponham-se em meu lugar: vejam que eu estou comparando a atualidade do campo antropológico com os períodos anteriores em que a nossa disciplina não contava com a interação (termo que me parece bem adequado) da ABA com o moderno sistema de pós-graduação. Já não falo do período que uma vez chamei de "heróico" – com ancestrais como Gilberto Freyre ou Curt Nimuendaju; falo da diferença entre o período que chamei de "carismático", marcado pelas presenças de nossos mais imediatos antecessores, como Florestan Fernandes ou Darcy Ribeiro; e o período seguinte, "burocrático", racionalizador do carisma de que aqueles mestres foram portadores, e que (para continuar aqui com minha linguagem weberiana) todos nós soubemos rotinizar imprimindo na pós-graduação uma organização que desde então vem dando seus frutos: a saber, suas teses e dissertações, novos colegas, diferentes competências, aumento exponencial na diversidade de interesses e, como resultado disso, incremento e consolidação de uma comunidade de profissionais.

Mas não gostaria de concluir sem antes fazer algumas considerações sobre as possibilidades que imagino se abrirem para a antropologia entre nós, sempre que apoiada nessas formas ou estruturas que estou chamando de elementares na organização do campo antropológico: a ação da ABA e a eficácia do sistema de pós-graduação. Tomemos, por exemplo, a enorme dispersão de linhas de pesquisa registrada na publicação do CNPq, *A pesquisa no Brasil: perfil das áreas de conhecimento*, ano 2000, em seu volume III sobre as Humanidades (: 202). Há 345 linhas de pesquisa em antro-

pologia, executadas por 113 grupos, envolvendo 703 pesquisadores! E se acrescentarmos a esses dados o questionamento recente que a ABA nos fez, por meio de seu boletim eletrônico, sobre a necessidade de atualização das áreas e subáreas de pesquisa, constatamos sua enorme variedade – sobretudo quando as comparamos com o estado da arte esboçado em 1953 durante a primeira reunião. Tal variedade de áreas nos conduz à evidência de que a diversificação de interesses vem sendo seguidamente ampliada e, com ela, o nosso convívio com a diferença: diferenças de orientações, de paradigmas, de modos de abordagem e, algumas vezes, de concepção sobre o que seja, ou como entender, a própria disciplina.

E é sobre esse convívio com a diferença que eu gostaria de refletir um pouco mais. Não com a diferença entre os povos ou as etnias – tema habitual em nossa disciplina, porém sobre a diferença de posições, opiniões ou orientações teóricas que povoam hoje a moderna antropologia que praticamos. Diferença que se no passado – por menor que fosse – não era vista como uma virtude da esfera acadêmica, senão como uma dificuldade à interação profícua entre seus quadros, hoje, com a multiplicidade de tópicos a investigar, perspectivas teóricas a conviver entre si e a existência de uma significativa segmentação de linhas de pesquisa em nossa comunidade acadêmica e científica, só nos resta a convivência acadêmica que, apesar de pacífica, não exclui uma certa tensão entre diferentes paradigmas ou, apenas, uma significativa diversidade de orientações temáticas. Tal tensão, contudo – em meu modo de entender –, não se resolve simplesmente pela mediação entre um dissenso civilizado e um consenso obsequioso. Isso ajuda, pois cria um cenário favorável ao debate, mas não é tudo. Será pelo exercício da crítica e da autocrítica entre posições eventualmente discordantes, desde que – contudo – sempre estejam abertas à interlocução argumentativa, guardado, naturalmente, o direito à manutenção da diferença tal como a vida acadêmica – no seu sentido mais ético – tem nos assegurado. Não há mais no Brasil – se bem que eu duvide que tenha havido alguma vez com a força que teve em outras latitudes – aquilo que Anthony Giddens chama de "consenso ortodoxo", para qualificar o funcionalismo e o positivismo militante nas ciências sociais anglo-saxãs em meados do século passado (...). E que no Brasil – reconheça-se – esse consenso não deixou de ter seu peso (...). Mas há diferentes expressões de divergências: umas, realmente pueris; outras mais substantivas. Quanto à primeira divergência, lembro-me que sempre encontrei obstáculos para usar nos anos 1950 e 1960 a expressão "An-

tropologia Social", i.é, valer-me desse mesmo termo para designar a minha disciplina, expressão hoje em dia tão difundida entre nós! O Professor Baldus, grande líder da etnologia indígena em São Paulo, insistia em me definir como "etno-sociólogo"; e quando me recomendou à Organização das Nações Unidas de Educação, Ciência e Cultura (Unesco), escrevendo a Alfred Metraux, então um dos diretores daquele órgão internacional, para ser eu o pesquisador que na época – em sua opinião – era o mais capacitado para estudar a organização social dos índios Xetá, então recém-contatados no Paraná pela equipe do Professor Loureiro Fernandes, definiu-me como "etno-sociólogo", já que achava (e esse era o seu equívoco) que eu rejeitava a cultura como objeto da antropologia! Isso mostrava ainda na década dos anos 1950 um certo purismo culturalista, endêmico ao menos entre os etnólogos, ciosos em defender a cultura como o objeto natural e único de seus estudos! Desentendimentos desse tipo bem que poderiam ser classificados de pedestres, insignificantes!!! Outras divergências mais consistentes – e que me pareciam relevantes na época –, seriam de um tipo que não permitia fugir ao debate. Foi o caso do culturalismo, exercitado pela pequena comunidade de então como ideologia científica nos estudos de contato interétnico! Contra esse culturalismo, que sempre me pareceu exacerbado, elaborei então cuidadosa crítica cujas idéias centrais apresentei no artigo intitulado "Aculturação e fricção interétnica" (publicado pela revista *América Latina* em 1963) e reproduzidas na introdução de meu livro *O índio e o mundo dos brancos* (editado no ano seguinte); uma crítica que tive de sustentar frente aos colegas – até mesmo os mais próximos, como Darcy e Galvão – que insistiam em me qualificar de sociólogo apenas por eu privilegiar a estrutura social em lugar da cultura, ainda que eu jamais houvesse negado a esta sua espessura empírica – o que a tornava também para mim uma instância legítima de investigação etnográfica! Minha crítica incidia exclusivamente sobre a teoria da aculturação. Mas se recordo isso é para ilustrar algumas controvérsias da época – precisamente a época que estamos invocando nesta cerimônia – e para lembrar que desde que me entendo por antropólogo não reagi passivamente àquilo que talvez pudéssemos chamar de certo "consenso ortodoxo" local. É verdade que – em termos pessoais – hoje em dia eu não tenha o mesmo entusiasmo para esgrimir idéias em ocasionais debates que, vez por outra, surgem em nosso horizonte profissional. Mas isso não significa que não os leve a sério – se não todos, ao menos um ou outro. Por isso vejo com muito otimismo as eventuais discordâncias

observáveis em nosso meio, ainda que não as confunda com a mera e gratuita polêmica, às vezes atrativa em periódicos que se prestam a exercícios fáceis de afirmação pessoal – e que felizmente não se têm observado entre nós, mas que eu tenho presenciado em outros países. Ao contrário, considero as discordâncias como sinal de vitalidade da nossa própria disciplina. Mesmo porque a antropologia, como um sistema bem articulado de idéias e valores, possui todas as condições para abrigar dissensos sem ser ameaçada em seu exercício, desde que – nunca será demais acentuar – tais discordâncias, como pontos de vista, não se apóiem em posturas dogmáticas, mas que estejam sempre abertas ao diálogo pela via de uma saudável argumentação em busca de consensos possíveis e desejáveis; e até mesmo na sustentação consensual de divergências, e isto nos termos precisos da perspectiva adotada, tal como nos inspira – valha o exemplo – a "ética discursiva" de pensadores como Apel e Habermas.

É o momento de concluir. Apesar de certas afirmações que aqui fiz poderem parecer demasiadamente peremptórias, esta não foi a minha intenção. Deixei-me levar por uma sorte de reflexão – que pretendi fosse quase coletiva – no intuito de sugerir aos colegas presentes o teor desta travessia que *nós* fizemos nesses cinqüenta anos de vida profissional. E quando digo *nós* não estou me valendo simplesmente de um plural majestático, porém estou me referindo à nossa comunidade de antropólogos. Como alguém que se sente parte dessa comunidade, mas que viveu essas cinco décadas que hoje estamos a comemorar, achei que poderia divagar um pouco sobre nossa história e sobre minha própria vivência desse período formador da antropologia no Brasil em sua feição atual. Tomem minhas palavras mais como um depoimento tardio que como um diagnóstico da disciplina e da comunidade de antropólogos que logramos nos constituir ao longo de todos esses anos. O certo é que a importância deste evento comemorativo está na presentificação de nosso passado, com os nomes daqueles antecessores que imaginaram nossa Associação cinqüenta anos atrás e, com sua fundação posterior, contribuíram para a consolidação de nosso campo de trabalho e da comunidade de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes que hoje somos. Que afirmemos nossa gratidão a todos eles nesta mais que oportuna comemoração. Obrigado!

Brasília, 13 de novembro de 2003.

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Conferência de abertura proferida por Roberto Cardoso de Oliveira (RCO) na reunião promovida pela ABA no Museu Nacional em 13/10/03 como comemoração dos cinqüenta anos da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia.

Resumo

A conferência evoca o evento fundador da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) mostrando a verdadeira dimensão do campo antropológico da primeira metade dos anos 1950. Procura relacionar a organização da comunidade de antropólogos com a consolidação desse campo. Menciona a modernização da pós-graduação em antropologia como um fato que se segue à criação da ABA na década seguinte. Com isso, procura pôr em perspectiva aquele período mostrando o quanto ele foi significativo para o fortalecimento da disciplina e para a profissionalização dos antropólogos, tanto na academia quanto fora dela, como no serviço público, nas organizações não governamentais ou, ainda, nas atividades de consultoria.

Abstract

The address evokes ABA's founding event, showing the true dimension of the anthropological field in the early 50s. It relates the organization of the anthropological community to the consolidation of the field, and mentions the modernization of graduate studies in anthropology in the 60s as a process that follows the creation of ABA in the previous decade. Therefore, the text places in perspective the significance of this period for the strengthening of the discipline and for the professionalization of anthropologists, within and outside of the academic world, in such areas as public service, non-governmental organizations or consulting activities.